



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141451 - MG (2021/0013188-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : VAGNER JOANES MENDES (PRESO)
ADVOGADO : TULIO MARCOS DE ARAUJO MOREIRA - MG113873
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VAGNER JOANES MENDES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.571562-6/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos tipificados nos artigos art. 14 e 16, §1º, IV, ambos da Lei 10.826/03, e no art. 288 do Código Penal, posteriormente convertido o flagrante em prisão preventiva.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, acrescentando que a fundamentação utilizada no acórdão recorrido seria inidônea.

Pondera que seria primário, possuidor de bons antecedentes e de trabalho lícito e que a prática delituosa supostamente cometida não envolveria violência ou grave ameaça à pessoa.

Aduz que a prisão provisória imposta seria mais grave que eventual condenação e que estariam presentes os pressupostos para concessão da medida liminar.

Por fim, cita a pandemia de coronavírus e a Recomendação n. 62/CNJ.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 86):

"Com efeito, os agentes transportaram as armas de fogo de Itabira a Ipatinga, em um percurso que leva aproximadamente 2h (duas horas).

Durante o trajeto, não se sabe, ainda, se algum outro crime foi praticado por eles.

Além disso, os policiais responsáveis pela prisão dos agentes esclareceram que as armas estavam municiadas e prontas para serem utilizadas imediatamente. Dessa forma, é possível que os agentes estivessem pretendendo usar os artefatos logo depois ou até mesmo contra os servidores da unidade prisional.

Essas circunstâncias denotam a gravidade concreta

da conduta atribuída ao paciente, sobretudo porque não se sabe ao certo qual seria o seu objetivo. Assim, não há dúvidas a respeito do risco que a soltura do agente representa à ordem pública, muito menos da premente necessidade de sua prisão.

Além disso, as condições pessoais do agente não devem ser analisadas de forma isolada, sob pena de se trazer prejuízos à manutenção da ordem pública e ao normal prosseguimento da instrução criminal, fundamentos essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão processual."

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência